

RACIALIZANDO A DISCUSSÃO — A RAÇA DENTRO DAS DISCIPLINAS DE ANTROPOLOGIA¹

Rennan Pires da Silva Porto (Puc-Rio/Rio de Janeiro/RJ)

Palavras-Chave: Raça; Currículo; Ações Afirmativas

Introdução

Em 2015 o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) recebeu sua primeira turma de estudantes, depois de quase dois anos desde o início do trâmite burocrático para sua abertura. Marcando o processo de aprofundamento da universidade com os compromissos estabelecidos pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e das metas internas de aumentar o diálogo sobre ciências sociais na instituição (UNIRIO, 2013).

Na mesma época que o curso começa a ser elaborado, ainda em 2013, nacionalmente as Instituições de Ensino (IEs) estavam se movimentando para garantir o processo de implementação da Lei 12.711/12, a Lei de Cotas. Este processo vem na esteira de um debate na época de mais de uma década, tomando os jornais, revistas, livros, artigos e teses (Felipe; Lima, 2022). Uma grande transformação na estrutura do sistema universitário, criando uma reserva de cinquenta por cento para alunos oriundos de escolas públicas presentes em grupos vulneráveis, ou seja, pretos, pardos, indígenas e de baixa renda. Era o processo de entrada de um perfil historicamente excluído destes espaços. Estávamos vivenciando uma transformação do ser universitário.

Quase seis anos depois me tornei aluno do curso, ainda no primeiro período de 2021, onde ainda estamos sofrendo com os efeitos da Pandemia Global de Covid-19 e as aulas eram realizadas em formato online, pela necessidade do distanciamento para evitar a proliferação da doença. De lá para cá é possível dizer que tive minha vida e da minha família profundamente modificada a partir da estadia na faculdade e o contato com professores, textos e discussões propostas.

Em meus anos de Unirio dediquei-me a estar integrado ao curso. Fiz parte do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS) por longos momentos, fiz parte de grupos de pesquisa, projetos de extensão e projetos colaborativos com outros cursos e universidades. Estive presente em reuniões de colegiado da faculdade e do departamento, plenárias do curso, da organização das Semanas de Ciências Sociais, aulas inaugurais de começo de semestre, reuniões de greve e tantas

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

outras atividades que fossem possíveis estar que envolvessem o curso. Faço esta breve exposição não para falar de minha trajetória, mas para demonstrar que existe uma profunda relação minha com a instituição e desta relação nasceu este trabalho.

Em 2022, dez anos depois da primeira Lei de Cotas, a Lei 12.711/12, muito do cenário das universidades já tinha sido modificado pela entrada de estudantes cotistas, e a partir disso começa o processo de reforma da lei para garantir sua vigência para os próximos dez anos. Os dados levantados mostram que ao final da década de 2010, houve um crescimento de 209% de estudantes negros que ingressaram (Nogueira, 2019), calculando também os efeitos da implementação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010.

Esse conjunto de iniciativas elevou significativamente o percentual de ingressantes por meio do sistema de reserva de vagas, passando de 12,7% em 2012, para 39,6% em 2019. A ampliação das oportunidades de acesso promoveu, por conseguinte, uma mudança no perfil dos ingressantes. Em 2019, 64,9% dos ingressantes haviam concluído o Ensino Médio em escolas públicas e 47,4% se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (Trevisol; Dal Belo; Nierotka, 2019. Pág. 21)

Os dez anos que os separaram modificaram o perfil dos alunos e a estrutura de funcionamento das universidades. Os alunos se tornam mais negros e mais periféricos quando comparado a décadas anteriores, sendo possível identificar que novas dinâmicas e necessidades foram formadas com essa mudança.

Com o aumento dos alunos negros dentro do grupo dos discentes, identificamos a formação de novas necessidades que só puderam ser discutidas a partir da resolução dos problemas da entrada. Pensando por exemplo a permanência simbólica, incidência de novos autores e debates sobre outras perspectivas. É possível dizer que entramos na era da identidade (Costa, 2022) com esses novos estudantes.

Neste sentido, temos em 2024 uma reforma proposta pelo Ministério da Educação (MEC) que propôs uma reestruturação dos cursos de licenciatura. Uma das medidas é a separação em núcleos formativos que contemplem competências específicas a serem desenvolvidas dentro da graduação.

Essa formação contempla os quatro núcleos formativos definidos na Resolução CNE/CP nº 4/2024, garantindo: (I) a compreensão das bases epistemológicas e dos fundamentos das Ciências Sociais; (II) o desenvolvimento de competências pedagógicas para a atuação na Educação Básica; (III) a inserção de práticas e ações extensionistas nos contextos escolares

em um diálogo permanente e constante com a rede pública da Educação Básica; (IV) aprofundamento da experiência de docência a partir dos Estágios Supervisionados. (UNIRIO, 2025. Pág. 11-12)

Dentro das modificações propostas, está a entrada da discussão de cultura afro-brasileira e de autores negros, seja por meio da criação de uma disciplina própria ou de forma transversalizada entre outras disciplinas (Brasil, 2024).

Com este quadro montado, no ano de 2025 a Faculdade de Ciências Sociais começa a desenvolver a reforma de seus componentes curriculares pensando nas novas exigências propostas pelo MEC. Sendo assim, este trabalho vem das possibilidades encontradas de analisar comparativamente os dois Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) propostos entre 2015 e 2025 em fins de comparar o que foi modificado dentro do campo do ensino de antropologia e das movimentações da instituição para pensar e agir frente a raça.

O Primeiro Plano Político Pedagógico (2015)

O primeiro Plano Político Pedagógico (PPP) começa a ser elaborado em 2013 quando o processo burocrático de implementação do curso passa a tramitar nas instâncias da universidade. Enquanto documento, ele é pensando reunindo os objetivos e compromissos a serem seguidos pelo curso, explanando também o currículo e as disciplinas obrigatórias nele contido.

Analisar o PPP antes de seguir para a discussão sobre currículo é um elemento importante, na medida que estamos pensando o ensino como um fenômeno que ocorre para além da sala de aula. Logo, pensar como o aluno está na instituição e como eles se relacionam.

Em um primeiro momento, observamos que o curso nasce sem uma relação direta com o público a qual ele se destina. Pensando apenas nas necessidades mercadológicas que ele pode ocupar a partir da sua criação.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), órgão responsável pela formação de docentes para a educação básica, o Brasil tem, hoje, na área de Sociologia, 20.339 professores atuantes, sendo apenas 2.499 licenciados, o que corresponde a 12% do total. Ainda de acordo com o estudo, a CAPES estima que serão necessários 107.680 docentes, para atender aos 24.131 estabelecimentos de Ensino Médio. (UNIRIO, 2013. Pág. 5)

Neste primeiro PPP não temos ainda menção sobre raça, ou sobre grupos vulneráveis os quais a universidade deveria pensar. Mostrando um status quo em manutenção. Mesmo que não pareça, este princípio vai ser refletido no currículo.

Quando nos referimos ao currículo dentro das discussões sobre educação, Marcelo Bastos em seu texto “Considerações Sobre O Conceito De Currículo E Seu Papel Na Universidade” (2013) nos oferece uma definição bastante útil e que relaciona bem com este trabalho. Ele diz que:

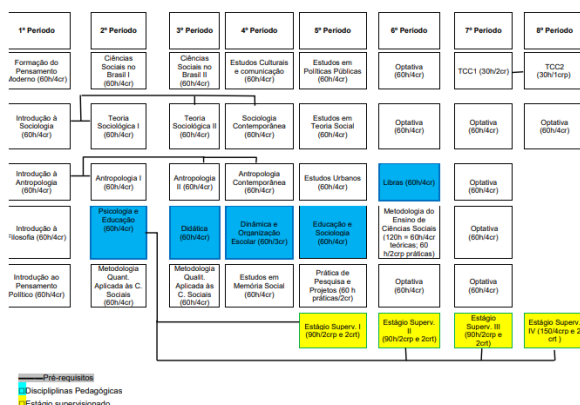
Segundo Apple (1989), currículo é poder, ideologia e cultura. Seu principal objetivo é construir conhecimento visando à aprendizagem, além de organizar tempos e espaços. É uma questão ideológica e política acima de qualquer coisa. O currículo e as questões educacionais sempre participaram da história das discussões de classe, raça, gênero e religião em todo o mundo. Somado a isso, ele está diretamente envolvido nos objetivos industriais e comerciais de muitos países. (Bastos, 2013. Pág. 4)

Tendo em mente então que o currículo é uma disputa de poder que busca transmitir uma concepção ideológica da instituição educacional à qual ele está relacionada, perceber que existe tanto na base de atuação da UNIRIO e na estrutura fundante do curso um compromisso com questões sociais e de cunho crítico-reflexivo, pode nos indicar a presença de um currículo mais comprometido com essa temática. Ainda assim, é importante pontuar que a raça nesse escopo aparece inter-relacionada com outros temas de maior abrangência.

Entrando no currículo do curso da Licenciatura em Ciências Sociais da UNIRIO, em específico, estabeleci como marco metodológico analisar todos os componentes curriculares de caráter obrigatório dentro da formação. Isto porque as disciplinas optativas, apesar de terem uma função importante na instância formativa acabam variando por dois grande motivos: 1) Pela disponibilidade e interesse do professor(a) em ministrá-la e 2) Pelo interesse e disponibilidade do aluno em ingressar nela. Também poderíamos considerar a oferta de vagas como um fator para sua realização, porque mesmo que possua interesse e disponibilidade de cumpri-la, caso não haja vagas para sua entrada acabaria não sendo cursada. Essa variabilidade então nos geraria uma distorção do cenário que não é favorável para está pesquisa.

Considerando então apenas as disciplinas obrigatórias dentro do curso de ciências sociais, nós temos as seguintes disciplinas:

Figura 1: Disciplinas Obrigatórias



Considerando apenas as disciplinas obrigatórias dentro do campo da antropologia, temos uma redução para quatro componentes sequenciais que se comprometem a ensinar em um processo estruturado do cânone da antropologia, sendo elas identificadas na Figura 2.

Figura 2: Disciplinas Obrigatórias de Antropologia

Introdução à Antropologia	60h/04cr	A formação da antropologia no século XVIII. Questões, Problemas e Métodos. Metodologia e Introdução às Ciências Pesquisa e Campo. Evolucionismo. Difusionismo.
Antropologia I	60h/04cr	Antropologia Americana: Particularismo Histórico; Antropologia Britânica: Funcionalismo, Estrutural-Funcionalismo; Escola Sociológica Francesa; Evolucionismo e Racialismo no Brasil. Viajantes, museus e Coleções no Brasil.
Antropologia II	60h/04cr	Antropologia Britânica: Edward Evans-Pritchard, Mary Douglas, Raymond Firth, Meyer Fortes, Max Gluckman e Edmund Leach; Norte-americana: Cultura e Personalidade, Estudos-Folk, e outras “correntes” importantes na construção das abordagens antropológicas: Escola de Chicago; Escola Sociológica Francesa: Estruturalismo. Antropologia Brasileira: Instituições, autores e temas. (Florestan, Bastide, Balducci, Pierson); Os Estudos de Comunidade, Etnologia Indígena e Estudos Raciais.
Antropologia contemporânea	60h/04cr	Desdobramentos da Antropologia Norte-Americana; Antropologia Econômica e Política. Teorias Processuais. Brasil: relações raciais, populações indígenas, campesinato, antropologia urbana. Contexto latino-americano. Teorias da Prática e Teorias Interpretativistas. Pós

		Modernismo. Problemas epistemológicos atuais e Teorias Contemporâneas da Cultura. Pós Colonialismo.
--	--	---

Quando passamos a analisar essas disciplinas, podemos separar entre indiretamente e diretamente discutindo raça a partir dos temas elencados nas ementas. Dos quatro componentes a serem explorados, apenas “Introdução à Antropologia” poderia ser mantida em indiretamente, na medida em que foca em um percurso mais histórico da disciplina. As outras três disciplinas explicitamente trazem temas que desenvolvem o debate racial dentro do campo das ciências humanas sobre o viés da antropologia, como o colonialismo, pós-colonialismo, conflitos na América Latina, entre outros. Mostrando então que existe um comprometimento na antropologia em debater raça, ainda que em alguns momentos ela se faça baseada em autores vindos de outras partes do mundo como a Europa e os Estados Unidos. Demonstrando que a origem acadêmica é relevante para fazer parte da ementa.

Mesmo que não tenha sido a proposta, é importante pontuar que enquanto as disciplinas que discutem a antropologia fazem o exercício de discutir a raça e seus temas correlatos, o campo da sociologia e da ciência política ainda carrega uma formação que parece ignorar ao máximo a discussão. Mesmo com quatro disciplinas de sociologia, apenas em Sociologia Contemporânea vamos ter uma discussão explícita sobre raça, usando de nomes do movimento negro estadunidense e do movimento pró-cotas no Brasil.

O Segundo Plano Político Pedagógico

O Segundo Plano Político Pedagógico começa a ser escrito no ano de 2025, e é importante pontuar as diferenças e o que isso influenciou na análise que foi feita. Com dez anos de diferença, foi possível entender a existência de um padrão de ingresso no curso e como isso se relaciona nas demandas a serem enfrentadas pela instituição. Mesmo com o primeiro estando temporalmente mais próximo do debate sobre ações afirmativas, é apenas no segundo que vemos os resultados quando a faculdade passa a compreender que o curso sendo oferecido nesses dez anos atende e atendeu uma população majoritariamente preta, parda e periférica, e pensar na permanência física e simbólica era um elemento fundamental. Entram no plano então o cuidado com a saúde mental, busca por políticas de permanência física como bolsas, auxílios, incentivos para ida a congressos, moradia, transporte. Mas também começam a vigorar a busca por maneiras de representação simbólica-material, pensando na entrada de temas que falem sobre a raça a partir das perspectivas desses novos interlocutores e que vão trazer novas questões a paradigmas já estabelecidos.

Adentrando ao currículo propriamente dito, temos uma redução na quantidade de componentes obrigatórios a serem cursados na instituição, porém foram incluídos novos eixos formativos.

Essa formação contempla os quatro núcleos formativos definidos na Resolução CNE/CP nº 4/2024, garantindo: (I) a compreensão das bases epistemológicas e dos fundamentos das Ciências Sociais; (II) o desenvolvimento de competências pedagógicas para a atuação na Educação Básica; (III) a inserção de práticas e ações extensionistas nos contextos escolares em um diálogo permanente e constante com a rede pública da Educação Básica; (IV) aprofundamento da experiência de docência a partir dos Estágios Supervisionados. (UNIRIO, 2025. Pág. 11-12)

Com o novo quadro formativo, a extensão se torna um componente obrigatório presente dentro do currículo formativo dos cursos universitários, inserida dentro das oficinas formativas que compõem o núcleo geral de formação para as licenciaturas, fazendo uma junção do caráter teórico com a atividade prática de ensino. Um dos temas presentes em suas diretrizes é a discussão racial (UNIRIO, 2025).

O Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), tal como normatizado pela Resolução CNE/CP supracitada, está incorporado nas Oficinas de Formação, integradas ao Núcleo I. O discente do curso de Licenciatura de Ciências Sociais da Unirio realizará os Estudos de Formação Geral voltados à Licenciatura conjugados com a atuação extra-muros da Universidade (extensão). (UNIRIO, 2025. Pág. 23)

O resultado deste processo de reformulação é possível de observar na “Figura 3” indicado abaixo.

Figura 3: Disciplinas Obrigatórias (Reformadas)

1o Período	2o Período	3o Período	4o Período	5o Período	6o Período	7o Período	8o Período
Introdução às ciências sociais	Introdução à filosofia	Ciências sociais no Brasil I	Ciências sociais no Brasil II				
Antropologia I	Antropologia II	Antropologia III	Metodologia científica	optativa	optativa	optativa	optativa
Política I	Política II	Política III	optativa	optativa	optativa	optativa	optativa
Sociologia I	Sociologia II	Sociologia III	Política Educacional (EE)	Didática (EE)	Língua brasileira de sinais (EE)	TCC1	TCC2
Geopolítica, direitos humanos e meio ambiente (+ EXTENSÃO)	Estado e sociedade (+ EXTENSÃO)	Sociologia da educação (+ EXTENSÃO)	Métodos quantitativos em ciências humanas (+ EXTENSÃO)	Tecnologias digitais em ciências humanas (+ EXTENSÃO)	Trabalho e classes sociais (+ EXTENSÃO)	Gênero e diversidade (+ EXTENSÃO)	Relações étnico-raciais (+ EXTENSÃO)
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado V	Estágio Supervisionado VI	Estágio Supervisionado VII	Estágio Supervisionado VIII

Focando apenas nas disciplinas de antropologia, temos uma redução de quatro para três disciplinas que passam a discutir diretamente a disciplina e uma disciplina que vem com a proposta de aglutinar as três partes das ciências sociais (sociologia, ciência política e antropologia). Na Figura 4 podemos ver as novas disciplinas de antropologia que agora fazem parte da grade;

Figura 4: Disciplinas de Antropologia (Reformadas)

Antropologia I	60hs/ 4 cr	Natureza e cultura. Crítica à universalidade dos conceitos. Diversidade classificatória e implicações coloniais, raciais e de gênero. Construção social do natural e naturalização do social. Parentesco.
Antropologia II	60hs/ 4 cr	Trocas, rituais, estrutura e sociedade, circulação de bens em contextos capitalistas e não capitalistas. Relações de poder e ordenamentos sociais em transformação. Mediação e agência em contextos pós-coloniais e decoloniais.
Antropologia III	60hs/ 4 cr	Etnografia e prática situada de conhecimento. Observação participante, escrita de campo, descrição densa; encontro, escuta; Formas multissituadas, digitais, colaborativas, sensoriais e performativas. Antropologia das Instituições e dos Regimes Documentais.

Apesar de manterem um escopo parecido, as disciplinas carregam um caráter base mais crítico que as anteriores, propondo críticas à produção canônica desde o primeiro período e explorando novas correntes de pensamento dentro da antropologia como os pesquisadores do norte global, a entrada de autoras e novas formas de se relacionar com os interlocutores.

Em “Antropologia I”, diferente da disciplina “Introdução a Antropologia” que trazia apenas o “Evolucionismo” como um tema que poderia se relacionar com a discussão racial, visto no capítulo anterior. A reformulação trás para a discussão a “Diversidade classificatória e implicações

coloniais, raciais e de gênero” (UNIRIO, 2025) temas que discutem diretamente a raça de forma crítica e retira parte da centralidade dos autores europeus.

Em “Antropologia II” mais uma vez aparece o tema envolvendo colonialidade e poder, estando na ementa o estudo de “Relações de poder e ordenamentos sociais em transformação” e “Mediação e agência em contextos pós-coloniais e decoloniais” (UNIRIO, 2025). Tendo na bibliografia autores discutindo as relações entre norte e sul, com foco também em diferenças culturais.

A disciplina “Antropologia III” foi classificada inicialmente como “indiretamente”, por não possuir na ementa uma discussão direta com o tema raça. Porém a bibliografia apresenta uma vasta discussão sobre grupos raciais e étnicos diversos, como no texto “A escrita dos mundos de mulheres: histórias beduínas” (2020) de Lila ABU-LUGHOD e em “Os Nuer”(1999) e “Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande” (1978) de Evans-Pritchard.

A reforma também trouxe um caráter mais crítico e engajado no debate racial dos campos da política e da sociologia. Com a reforma, as três disciplinas de sociologia passam a discutir raça, colonialismo e ação imperial nos países do terceiro mundo. No campo da ciência política, entram os autores contracolonais e a atuação do pensamento político contemporâneo que vão pensar a ação do Estado.

Conclusão

Não é certo que o assunto raça e ciências sociais se esgote neste trabalho, e tampouco tenho ou tive esta pretensão quando comecei. Entenda estas conclusões como uma interrupção necessária pela qual esta pesquisa precisa passar, mas caso outros fatores e documentos fossem acrescentados ao escopo dela, combinado com mudanças na metodologia e na abordagem certamente seria possível chegar em outros resultados. O que proponho aqui é apenas uma visão frente a este objeto tão complexo de ser analisado.

Minhas conclusões iniciais partem de um entendimento de que as ações afirmativas foram e são bem sucedidas no processo de acesso ao nível superior (Heringer, 2020). A entrada década a frente depois da implementação do curso em 2015 sagrou uma mudança de comportamento no entendimento sobre os estudantes e o dever que é necessário ser travado pela instituição.

No documento de 2013, não é mencionado em momento algum a permanência como uma necessidade política a ser fomentada. Em 2025, compreendemos que os estudantes oriundos das políticas afirmativas, sobretudo os pretos, pardos e indígenas, são mais vulneráveis à evasão que outros grupos no mesmo território (Picanço; Costa, 2020). O PPP de 2025 estabelece que a permanência precisa fazer parte do rol de políticas a serem fomentadas pela Universidade e que cabe a Faculdade de Ciências Sociais fazer o que for possível para tornar a experiência mais inclusiva possível (UNIRIO, 2025).

O conteúdo referente às relações étnico-raciais, apesar de estarem presentes em 2013, aparecem como temas correlatos dentro de esferas maiores de estudo, como por exemplo nos estudos sobre desigualdade que fazem parte do escopo inicial do curso (UNIRIO, 2013). Ainda que à época já existissem legislações que indicavam o estudo sobre “cultura e história afro-brasileira” fazendo parte da formação básica de um professor.

No PPP de 2025, estas resoluções são inseridas, somadas a **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**, demonstrando que o curso quer e pretende investir no debate voltado para as relações étnico-raciais. O curso também se sagra como sendo formado de maioria preta, parda e periférica (UNIRIO, 2025), permitindo formar a relação com o maior compromisso do tema partir dessa presença de outros corpos negros. Pensando que o corpo negro tem um caráter modificador quando ocupa determinados espaços (Gomes; Silva; Brito, 2021).

Logo, se observarmos apenas o que antecede o currículo, temos uma estrutura universitária que avança para incluir e criar um espaço que consiga acolher e pensar criticamente nas questões correlatas a raça. Vindo na esteira nas políticas de permanência, que se compromete no texto, mas que ainda que não especifique, acaba dando conta tanto de políticas materiais, quanto no campo simbólico (Santos, 2009; Alves; Casali, 2021; Vargas; Heringer, 2016). É necessário ocupar fisicamente a universidade, estando presente em salas de aula, corredores, reuniões, entre tantos outros espaços possíveis. Porém é tão importante quanto estar presente nas ementas, bibliografias, pesquisas, extensões, e tantos outros espaços de ocupação simbólica que antes eram inacessíveis.

As disciplinas de antropologia que foram meu foco principal se mostraram como um ponto fora da curva dentro dos dois planos políticos pedagógicos puxando a discussão sobre raça para dentro da formação dos cientistas sociais.

Compreendo que minha pesquisa tem limites a partir da escolha metodológica que faço em centrar minha análise em uma construção documental e não realizar uma investigação em campo buscando informações por exemplo com professores e alunos que acompanharam essa transição. Ainda assim, guardo este trabalho para além de uma discussão sobre ensino de antropologia, mas também em uma forma de tornar um objeto de memória esse processo de modificação tão profundo e que pude acompanhar tão de perto.

Fui um aluno negro do curso e que conseguiu juntar e articular seus desconfortos com outros alunos até ver essa transformação. Estamos vivendo um novo período das ciências sociais, onde muitas transformações ainda parecem estar em curso, mas já alcançamos marcos que não conseguimos mais retornar. A raça faz parte da discussão e está presente até mesmo nos autores que parecem ignorá-la como um fator.

ALFANO, Bruno. Proporção de negros nas universidades cai pela primeira vez desde 2016. **O Globo**, Rio de Janeiro, jun. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/06/proporcao-de-universitarios-negros-cai-pela-primeira-vez-desde-2016.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2025.

ALVES, Vanessa Kolmar; CASALI, Caroline. Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 37, p. 28-45, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/45110>. Acesso em: 17 dez. 2025.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ARAUJO, Adriana Castro. Impactos da Lei de Cotas em uma instituição federal de ensino superior (IFES): estudo sobre a evasão discente. **Avaliação (Campinas)**, v. 28, e023020, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772023000100030>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.¹

_____. **²Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília, DF: MEC/CNE, 2004.

_____. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004.** Fundamenta a Resolução nº 1/2004. Brasília, DF: MEC/CNE, 2004.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Diretrizes Curriculares para a formação de professores da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2015.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Altera as diretrizes para formação docente. Brasília, DF: MEC/CNE, 2019.

_____. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2024.

COSTA, A. L. da. Ações afirmativas e transformações no campo intelectual: uma reflexão. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e254899, 2022.

COSTA VIDAL, R. *et al.* Universidade e pertencimento: uma reflexão sobre memória institucional. **Revista Extensão**, v. 6, n. 2, p. 57-68, 5 maio 2023.

FELIPE, Delton Aparecido; LIMA, Fernanda da Silva. **Cotas raciais:** gestão, implementação e permanência. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2022.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B. da; BRITO, J. E. de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HERINGER, Rosana. Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisas. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 37, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/2143>. Acesso em: 17 dez. 2025.

HERINGER, Rosana; HONORATO, G. de S. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: BARBOSA, M. L. de O. (org.). **Ensino superior**: Expansão e democratização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 315-350.

LEONARDI, Fabricio Gobetti; ROSA, Anderson da Silva. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: disputas políticas e efeitos sócio-históricos. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 11, p. e025034, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8674402>. Acesso em: 17 dez. 2025.

LIMA, Cristine Silva Thayara de. **Ensino de História forjado na luta**: a cultura de luta antirracista e seu potencial educador. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, dez. 2002. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/214>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PICANÇO, Felícia; COSTA, A. L. Para além do acesso e da inclusão: impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no ensino superior. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, p. 281-306, 2020.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no inferno**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, M. Descortinando e ampliando horizontes: ações afirmativas e antirracismo como estratégias de inclusão educacional. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e278161, 2023.

SANTA ANNA, Jorge. Para além dos muros da universidade: prática docente na extensão universitária. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 8, p. 226-246, 2020.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

TREVISOL, Joviles Vitorio; BELLO, Joselha Cristina Dal; NIEROTKA, Rosileia Lucia. A Lei de Cotas e as mudanças no perfil dos ingressantes das universidades federais brasileiras. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 28, n. 64, p. 155-184, set. 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S231819822023000300155. Acesso em: 17 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro de Ciências Humanas e Sociais. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2025.

_____. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação Licenciatura em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/cienciassociais/sobre-o-curso/projeto-pedagogico/projeto-pedagogico-licenciatura-ciencias-sociais>. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. **Resolução SCS nº 5.484, de 27 de janeiro de 2022**. Regulamenta a curricularização da extensão na graduação da UNIRIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022.

VARGAS, H. M.; HERINGER, R. Políticas de permanência e assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: uma análise a partir dos websites. *In*: CARMO, G. T. do (org.). **Sentidos da permanência na educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. p. 175-198.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. **A ação afirmativa e o combate às desigualdades raciais no Brasil**: em busca do caminho das pedras. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2005.